

Gastar melhor é essencial para o Brasil

Os pronunciamentos no fórum do Instituto Nacional de Altos Estudos (Inae), feitos sob o lema geral da "Reproclamação da República", tiveram uma marca distinta: praticamente todos apelaram para a necessidade de o governo cortar despesas e gastar melhor os recursos disponíveis. "Só há uma saída para o Brasil, que é cortar despesas", resumiu o deputado Delfim Netto (PP-SP), autor da proposta de aumentar a economia do governo para pagar todo o montante de juros da dívida pública, zerando o chamado déficit nominal. O economista Raul Velloso apontou um caminho novo: um gatilho fiscal temporário.

De acordo com a proposta de Velloso, o governo abandonaria a atual política de metas para o superávit primário (economia para pagar os juros da dívida) e assumiria objetivos específicos para o endividamento em pro-

porção do Produto Interno Bruto (PIB). Cada vez que a relação dívida/PIB ultrapassasse a meta fixada, um gatilho seria disparado, aumentando o superávit até que a dívida voltasse a se comportar dentro do esperado. Uma vez superado o problema, o esforço fiscal voltaria aos níveis anteriores.

"Não adianta focalizar todas as atenções da política fiscal nas metas do superávit primário. Esse mecanismo não é mais suficiente para equilibrar a dívida e alavancar a retomada do crescimento econômico", disse Velloso. Para ele, o governo adota uma "meta vergonhada" de 4,25% do PIB, mas o resultado final é sempre superior ao objetivo. No ano

passado, o saldo das contas foi de 4,6% do PIB. No acumulado até agosto deste, chegou a 6,3% do PIB, desempenho que vai minguar nos últimos meses do ano, que concentram despesas maiores.

A dívida líquida do setor público, que atingiu o pico de quase 60% do PIB há dois anos e meio, está em 51,3% agora, nível ainda considerado muito alto. Raul Velloso apresentou um diagnóstico duro das despesas da União. De 1987 a 2004, os gastos obrigatórios, como os com a folha de pagamentos do funcionalismo, subiram 251% em termos reais (já descontada a inflação). Hoje, esses itens representam 91% de toda a verba despendida pelo governo.

No mesmo período, entretanto, os gastos livres, como os de investimentos, caíram de 6,3% do PIB para 2,1%.

"Quem tem que controlar os gastos é o governante", enfatizou o governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, que também participou do fórum. "Se ele não ficar de olho, cortando todos as despesas supérfluas, vamos continuar sempre nessa situação de carga tributária alta, serviços públicos de baixa qualidade e investimentos minguando cada vez mais." Segundo Delfim Netto, a economia brasileira está "patinando" há 15 anos porque o governo não enfrenta seriamente a questão do equilíbrio fiscal. Para ele, o superávit primário foi um "truque" do governo para evitar encarar o problema. "É preciso acabar com o déficit nominal", pregou. Sua receita é elevar o superávit primário para 5% nos próximos cinco anos. (RA)

OBJETIVO
4,25%

do PIB é a meta de economia do governo este ano